

DISCURSO DE POSSE DA DIREÇÃO GERAL E DOS CONSELHOS DO APUBH - BIÊNIO 2026/2028

Helder de Figueiredo e Paula, 16/10/2026

Aberta a solenidade pelo Professor Helder de Figueiredo e Paula, o mesmo apresentou um balanço dos desafios a serem enfrentados pelo Sindicato para a ampliar a participação da base na luta em defesa das universidades públicas e dos direitos da categoria docente, diante da conjuntura atual e dos possíveis cenários que se apresentam para os próximos anos.

Resgate sucinto do trabalho realizado pela diretoria no período de 2024 a 2026

O APUBH está prestes a completar 49 anos de existência (dia 12/11 próximo). Entraremos, portanto, no cinquentenário do nosso sindicato, que coincide com o centenário da UFMG. Durante o mandato da diretoria que, na prática, iniciou no dia 16/10/2024 e se encerrou no dia de ontem, nós fizemos um levantamento do perfil da distribuição etária da(o)s nossa(o)s filiados. Constatamos que temos uma base com concentração na faixa etária dos 60+ (71% no levantamento feito em 2025). O número de filiada(o) acima dos 50+ era ainda maior, no mesmo levantamento (85,5%).

Diante desse quadro, a diretoria cujo mandato se encerra agora atuou orientada por ações que trazem o sindicato para perto das questões cotidianas que afetam o trabalho diário da base do APUBH na universidade. O entendimento de que o foco corporativo prioritário do nosso sindicato, que é o da luta por melhores salários e condições de trabalho, conduziu a diretoria a um árduo trabalho que empreendemos para aprovar as mudanças estatutárias vinculadas à proposta de integração política, funcional e financeira do nosso Sindicato ao ANDES-SN, como parte de um processo que sinalizava para o retorno do APUBH ao Sindicato Nacional.

No entendimento da diretoria, essas duas lutas nos remetem à disputa pelo orçamento federal destinado às universidades e às políticas públicas de incentivo à produção de conhecimentos em artes, cultura, ciência e tecnologia. Tais lutas, portanto, sinalizam a necessidade de integrarmos a luta do movimento docente do magistério federal e o ANDES-SN.

Com a decisão da diretoria de não realizar nova tentativa de integração do APUBH ao ANDES, voltamos todas as nossas atenções a outras questões que afetam o trabalho da nossa base na universidade. Desde o primeiro dia do mandato da diretoria que se encerra agora, foi feito um trabalho de retomada e fortalecimento do NADi que retomou contato com as pessoas que cuidaram do núcleo no início de sua formação e deu todas as condições para que a psicóloga do trabalho que atua como responsável técnica do núcleo realizasse plantões psicológicos semanais com acolhimentos individuais, participasse das muitas visitas que a diretoria realizou em diversas unidades acadêmicas e atuasse nas questões institucionais relacionadas à violência no trabalho e às as políticas de saúde e de saúde mental na UFMG. O trabalho de acolhimento da profissional da psicologia do trabalho foi fundamental para orientar a atuação da diretoria junto à Administração Central da UFMG, bem como levou, muitas vezes, a uma atuação conjunta do NADi, da Diretoria e do Setor Jurídico.

Em 2025, realizamos uma pesquisa sobre o Perfil e as Percepções da Docência na UFMG, para orientar o planejamento estratégico da entidade. Isso orientou as reuniões que realizamos nas unidades acadêmicas com pautas relativas: ao acolhimento, saúde docente e trabalho do NADi; às orientações jurídicas sobre direitos básicos garantidos pelo RJU, informações sobre carreira,

processos de avaliação e progressão, atendimento jurídico; ao planejamento da aposentadoria com apoio do projeto Clínica Financeira Universitária; às demandas locais sobre condições de trabalho e discussão de possíveis encaminhamentos. Buscamos fortalecer o Conselho de Representantes, começando pelos que já estão vinculados ao grupo de WhatsApp e buscando referências nas unidades que não têm representantes.

A mesma pesquisa orientou a diretoria a produzir uma cartela atrativa de convênios envolvendo cursos, academias de ginástica, restaurantes, clubes recreativos, livrarias, etc., bem como a realizar de estudos sobre a possibilidade de oferta de plano de saúde mediado pelo sindicato, em uma articulação que fizemos com diversas seções sindicais do ANDES, sob a liderança da ADUR-RJ. Essa oferta de possibilidades faz parte da lógica de que as entidades coletivas de luta são também entidades coletivas de cuidado e busca de melhores condições de vida, no geral. Ademais, como motivação secundária e adicional, notamos que para muita(o)s colegas, infelizmente, prevalece uma lógica transacional, típica da cultura neoliberal, na qual docentes realizam um cálculo do que eles ganham imediatamente ao realizar ou manter a filiação, comparando esses ganhos imediatos ao valor financeiro dos 0,8% de contribuição sindical e sem considerar que todos os nossos direitos provêm da luta e que a luta se enfraquece quando o sindicato não tem boas condições financeiras para se sustentar.

Diante de inúmeras manifestações de colegas da base que chegam a diferentes integrantes da diretoria, discutimos a possibilidade de propor uma alteração estatutária para reduzir a contribuição sindical de 0,8% do salário. Trata-se de uma questão polêmica que não nos levou a uma assembleia estatutária, mas orientou a diretoria a um trabalho minucioso e árduo de acompanhamento dos gastos e redução de custos. Mudamos o número de assessorias jurídicas de três para uma e, mais recentemente, concluímos a transição para um novo sistema de administração digital do sindicato que já nos deixou livre de uma conta de mais de 120 mil reais anuais.

Ainda dentro da orientação de trazer o sindicato para perto das questões cotidianas relacionadas ao trabalho docente, em 2025, incidimos no processo que levou ao surgimento do Vestibular Seriado da UFMG e sobre a Resolução que regulamentou o trabalho dos professores voluntários na universidade, publicada no dia 17/12/2024 e implementada no ano de 2025. Em 2026, foi a vez da realização de uma luta intensa e extensa de atuação sobre a Minuta de Progressão e Promoção na Carreira Docente que entrou na pauta do CONSUNI, inicialmente, em março e que, devido à atuação do APUBH ainda não foi votada, dando a chance para que as unidades finalmente identificassem os diversos problemas da proposta para melhorá-la.

Os desafios políticos da atuação da diretoria no período de 2026 a 2028 na defesa da Universidade Pública

O perfil do Congresso Nacional que foi eleito em 2026 determina um cenário de bastante dificuldade para a continuidade do processo de recuperação orçamentária da Universidade Pública e de financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão que as universidades desenvolvem.

O próximo ciclo que se apresenta, portanto, qualquer que seja o resultado do 2º turno da eleição para Presidente da República, cobrará de nós uma intensa mobilização em defesa das políticas públicas sem as quais a(o)s trabalhadora(e)s não têm acesso a direitos sociais básicos. O direito de acesso às formações profissionais oferecidas pelas universidades públicas está, obviamente,

entre os direitos que um Congresso Nacional dominado pelos interesses do capital quase certamente ameaçará.

Desde o início do ano de 2026, o APUBH adotou o lema “Sem universidade pública, não existe soberania” para situar a centralidade da defesa da Universidade Pública e de seu papel no desenvolvimento do nosso país, com soberania e inclusão social, na conjuntura das disputas geopolíticas em curso e se seus reflexos na disputa entre os projetos de país que certamente se confrontariam nas eleições de outubro.

O Congresso Nacional eleito em 04/10/2026 mostra um crescimento da extrema-direita como força política que, em aliança com os partidos fisiológicos de direita do bloco conhecido como Centrão, procurarão realizar seu projeto de desvalorização da Universidade Pública, com vista a sua privatização progressiva e subordinação imediata aos interesses do mercado.

Esse é o mesmo projeto que no governo Jair Bolsonaro apareceu sob o nome fantasia de Future-se e que docentes de todo o país enfrentaram com bravura e que, também por isso, não se materializou. A retomada desse projeto já está esboçada no plano de governo de Flávio Bolsonaro e faz parte de um alinhamento completo com o projeto neocolonial dos EUA para o Brasil, que nem Donald Trump e nem o próprio Flávio Bolsonaro fazem questão de esconder.

Às vésperas do 2º turno das eleições deste ano, o APUBH reitera o pedido de que toda a comunidade acadêmica da UFMG se empenhe para evitar que a extrema-direita conquiste também o executivo federal e assim se inicie um cenário gravíssimo de lutas de resistência em defesa da sobrevivência das universidades públicas. Como disse a ex-reitora Professora Sandra Goulart, em suas redes sociais, no início desta semana, é hora de lutar pela universidade pública como se ela pudesse deixar de existir.

Dito isso, é importante reafirmar que jamais abandonaremos o projeto de país justo democrático e soberano e que a defesa da Universidade Pública sempre foi e continuará sendo o veio histórico do APUBH, desde sua fundação no dia 12 de novembro de 1977. A história do nosso sindicato começou como uma história de luta contra a ditadura civil-militar implantada no país em 1964, sob a forte influência dos EUA. O APUBH faz parte das centenas e talvez até milhares de entidades de luta coletiva construídas no enfrentamento à ditadura. Independentemente do cenário que emergir do segundo das eleições deste ano, nós continuaremos firmes na luta e seremos novamente vitoriosos.

Se você não é filiado ainda, filie-se ao APUBH e faça parte desta luta. Se já é filiado, convença um colega a se filiar. Juntos somos mais fortes!